15.02.2017 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Federação Portuguesa de Kickboxing e Muaythai (FPKM)**
Ana Vital Melo (Presidente da Federação)
Andrea Oliveira (Vice-Presidente da Federação)

Recebida por: Grupo de Trabalho do Desporto

Exposição: O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho do Desporto, Deputado Pedro Pimpão, cumprimentou a delegação da Federação Portuguesa de Kickboxing e Muaythai, a quem agradeceu a presença e o interesse em ser ouvida no Grupo de Trabalho.

As representantes da Federação agradeceram a concessão da audiência e apresentaram, de seguida, algumas das preocupações com que se debate a FPKM e que, em síntese, se indicam:

- As federações mais pequenas, como é o caso da Federação Portuguesa de Kickboxing e Muaythai, debatem-se, atualmente, com algumas dificuldades, não apenas em termos de financiamento, mas também no que se refere à necessidade de dar resposta às múltiplas exigências do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). A FPKM conta com apenas três funcionários, sendo que os requisitos e as exigências são praticamente os mesmos das federações maiores, que contam com um número muito superior de funcionários;
- Para além disso, as federações mais pequenas sentem ainda dificuldade em responder à exigência de reunir pessoas da modalidade para integrar os seus órgãos sociais;
- O IPDJ atribuiu uma avaliação positiva à FPKM, em todos os parâmetros, mas essa avaliação não é considerada para a atribuição de financiamento. A Federação faz um enorme esforço, tendo em conta que tem duas modalidades e que todas as provas são a duplicar. O financiamento deste ano foi de 100.000€, o que corresponde a 50.000€ para cada área;
- Não se compreende como é calculado o prémio dos campeonatos da Europa. O certo é que os atletas, mesmo os medalhados, vivem dificuldades;
- Os resultados dos testes da ADoP demoram cerca de um ano a ser conhecidos, o que causa constrangimentos às federações, em particular nos casos em que há necessidade de solicitar a devolução de prémios;
- O Decreto-lei n.º 45/2015 define as formas de proteção do nome, imagem e atividades desenvolvidas pelas federações desportivas, mas há necessidade de uma maior fiscalização, por parte da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, tendo em conta os casos de fraude.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Joel Sá (PSD), João Azevedo Castro e António Cardoso (PS) que, em síntese, agradeceram a exposição e solicitaram alguns esclarecimentos.

Para terminar, as representantes da Federação reafirmaram a necessidade de rever o Regime Jurídico das Federações Desportivas, no sentido de o adequar às necessidades das federações mais pequenas.

A gravação áudio da audiência encontra-se disponível na página internet do Grupo de Trabalho.

Palácio de São Bento, 15 de fevereiro de 2017

A assessora
Cristina Tavares